

Trabalho, campo, mulheres e formação: qual projeto de futuro?

Trabajo, campo, mujeres y formación: ¿qué proyecto futuro?

Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante
Fabio Dantas de Souza Silva
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Luciane Ferreira de Abreu
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano
Feira de Santana - Brasil

Resumo

O texto apresenta o processo de produção do registro fílmico como produto da pesquisa sobre estudantes do ensino médio subsequente realizada entre 2016-2018 com financiamento do CNPQ. A pesquisa qualitativa realizada junto aos jovens estudantes aponta para um cenário de educação profissional comprometido com a formação técnica de seus estudantes, que inclusive incentiva o interesse no trabalho voltado para a área da agropecuária e o seu possível desenrolar em formações do ensino superior em áreas correlatas. O texto lida com as categorias: juventude, trabalho e campo e busca ilustrar a riqueza do trabalho realizado e o potencial discursivo e analítico que tal recurso didático poderá ter em espaços formativos em torno do debate da Educação do Campo. As narrativas apontam para as contradições existentes na condição juvenil rural e seus desafios na sociedade contemporânea.

Palavras chave: Campo; Formação; Juventude rural

Resumen

El texto presenta el proceso de producción documental como un producto de investigación con estudiantes de "secundaria posterior" llevado a cabo entre 2016-2018, con fondos del CNPQ. La investigación cualitativa realizada con los jóvenes estudiantes apunta a un escenario de capacitación profesional comprometida con la capacitación técnica de sus estudiantes, que incluso estimula el interés en el trabajo enfocado en el área de la agricultura y su posible desarrollo en cursos de educación superior en áreas relacionadas. El texto aborda las categorías: juventud, trabajo y campo y busca ilustrar, la riqueza del trabajo realizado y el potencial discursivo y analítico que este recurso de enseñanza puede tener en espacios formativos en torno al debate sobre la educación rural. Las narraciones apuntan a las contradicciones que existen en la condición de la juventud y sus desafíos en la sociedad contemporánea.

Palabras clave: Educación; Juventud rural; Rural

Introdução

A conjuntura social, política e econômica atual no país tem sido demarcada por desafios limitadores para a juventude brasileira. Frente aos processos de recrudescimento da ofensiva neoliberal contra os trabalhadores e contra a população empobrecida, os jovens têm sentido acentuadamente os efeitos desses ataques, pois além das múltiplas inquietações peculiares sobre a construção de suas identidades nessa etapa do desenvolvimento humano, precisam lidar com situações adversas em busca de formação e trabalho.

Os índices de desemprego no país indicam que o grupo social de jovens tem sido um dos mais afetados nos últimos anos. Além disso, a parcela jovem ocupada geralmente atua nos trabalhos em condições precarizadas, recebem menor remuneração e poucas garantias de direitos trabalhistas em jornadas flexibilizadas. Para as mulheres, o quadro das condições laborais é mais alarmante, pois na maioria dos casos trabalham em jornadas reduzidas que muitas vezes implicam em salários mais baixos, mais atividades e outras condições desfavoráveis. (ROSSO, 2017)

No contexto da juventude rural, as intensas transformações ocorridas no trabalho do campo sob influência do capital provocaram mudanças significativas no quadro de ocupação de postos de trabalho. A financeirização da agricultura, a concentração de terras em posse de poucos proprietários, o desmatamento das florestas e o baixo investimento em políticas públicas para os povos do campo são fatores que convergiram para que os regimes de trabalho assalariado no campo ganhassem predominância em relação ao trabalho por conta própria. Isto significou maior participação de trabalhadores em jornadas de trabalho regulamentadas, entretanto ainda não se constituem como maioria. Os empregados assalariados do campo desenvolvem jornadas de trabalho mais longas do que aqueles que trabalham nas suas próprias terras, revelando níveis elevados de exploração da força de trabalho assalariado. (ROSSO, 2017).

No lastro da conjuntura sócio-política em que a juventude rural brasileira está inserida discutimos neste texto o processo de construção e análise do registro fílmico intitulado *Caminhos do Trabalho*¹ (2018), produto da pesquisa realizada com jovens estudantes do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Catu, localizado no interior da Bahiaⁱⁱ, com o objetivo de apresentar como ocorreu esse processo de construção.

Como um dos produtos da pesquisa, o documentário de 35 minutos, teve como proposta tornar-se um material didático para processos educativos, capaz de elucidar a forma como as estudantes percebem a trajetória formativa do curso técnico, rumo ao trabalho de especificidades rurais. As concepções sobre os temas discutidos no registro fílmico são próprias das jovens e refletem o processo sócio histórico de construção das suas trajetórias de vida com seus aspectos individuais, afetivos, coletivos e políticos, presentes nas mensagens que essas jovens trazem entre a estética, a elaboração discursiva e percepção de sujeito dos territórios que habitam.

Buscamos compreender as jovens da pesquisa como “sujeitos socioculturais”, tendo como referência os estudos de Dayrell (2016), que ao pesquisar sobre processos de exclusão de jovens no ensino médio os situa enquanto “indivíduos que possuem uma historicidade, visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, lógicas de comportamentos e hábitos.” (p. 409). Para o autor, isto lhe permitiu enquanto pesquisador, analisar mais amplamente os aspectos determinantes nas “macroestruturas” sociais que podem exercer influências nos modos de pensar e agir dos jovens estudados, bem como nos seus processos formativos. (DAYRELL, 2016).

Nesta trajetória de pesquisa, ressaltamos as conexões dos/das jovens com as relações estruturantes que os/as circundam no mundo da vida, conhecendo previamente suas trajetórias de escolaridade, níveis de renda familiar, graus de escolaridade dos pais, condições estruturais das moradias, participação como beneficiárias de programas assistenciais, posse de imóveis e participação em organizações coletivas. Com esse conjunto de dados pudemos ajustar os questionamentos realizados junto às jovens do documentário, trazendo para as entrevistas, particularidades que pensamos ser mais aproximadas à realidade concreta dos seus cotidianos, relacionando-os aos seus depoimentos no exercício de problematização com as categorias juventude, trabalho e campo.

Como etapa conclusiva da pesquisa, o registro fílmico buscou aproximar as realidades dos estudantes do debate da educação do campo, presente como categoria teórica da pesquisa. A Educação do Campo como dimensão analítica de um projeto de sociedade e educação que busca arranhar a percepção hegemônica naturalizada do “não

urbano” como o lugar “da precariedade”. A defesa por discutir e vivenciar o campo como um espaço de vida, condições materiais, imateriais e lutas sociais, assim como espaço de subjetividades, contradições, encontros, tensões e deslocamentos territoriais sócio historicamente construídos.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o documentário surgiu como uma proposta que pudesse interessar aos estudantes na sua perspectiva lúdica e estética capaz de atrair a atenção dos jovens ao falar de si e das suas experiências pessoais e comunitárias entre o campo e a cidade. Até chegarmos ao momento de realizar o documentário, a pesquisa de três anos se envolveu com um universo de 40 estudantes em duas turmas de ensino médio subsequenteⁱⁱⁱ. A pesquisa desenvolvida caracterizou-se como qualitativa pois pretendeu investigar uma realidade que não pode ser quantificada, mas pode ser compreendida por meio da análise de significados, concepções, valores e atitudes dos sujeitos imbricados no processo que constituem o fenômeno subjetivo (MINAYO, 2012).

Em um primeiro momento, realizamos um mapeamento dos jovens a partir de análises documentais da instituição (cadastros de matrículas e dados estudantis), em um segundo momento foi aplicado um questionário fechado com estudantes da primeira turma traçando um perfil sócio econômico que pudesse ilustrar as condições de vida familiares a fim de preparar-nos para a apreensão dos discursos em momentos posteriores. O terceiro momento foi a realização de grupos focais (GONDIM, 2003) com temas de discussão em três grandes eixos (juventude, trabalho e campo) com o objetivo de perceber junto aos coletivos estudantis, como explicavam pontos chaves do debate em torno da vida dos/das jovens moradores da zona rural, seus anseios, seus medos, suas ambições e visões de trabalho e futuro. Adicionamos a este percurso, as observações de atividades práticas e expressões do cotidiano dos/das jovens na/da instituição. Todo este processo foi repetido junto às/aos estudantes da segunda turma ao longo dos 3 anos de estudo. Para a etapa final, foi feito um grupo prévio de *whatsapp* entre a equipe e as/os estudantes para agendamento dos que se disponibilizaram para fazer as entrevistas do documentário. Apenas oito estudantes do sexo feminino presentes em ambas as turmas, se interessaram em participar.

O fato de apenas mulheres, no grupo pesquisado, aceitarem a participação no documentário instigou a equipe de pesquisadores a refletir mais amplamente sobre questões de gênero. E nesse movimento de interpretações das informações obtidas junto aos sujeitos, reafirmamos a pertinência da escolha pela pesquisa qualitativa pois de acordo com Triviños (2010, p.137):

Temos expressado reiteradamente que o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se constantemente, de maneira que, a coleta de dados num instante deixa de ser tal e é análise de dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações.

A proposta do filme era a de sentarmos com as estudantes com um roteiro semiestruturado de pesquisa e estabelecer uma aproximação com as comunidades e lugares de moradia a partir da percepção delas. Nem todas as mulheres conseguiram agendar as entrevistas em suas comunidades e a maioria realizou a conversa com a equipe nos espaços possíveis, como por exemplo dentro da instituição, na feira livre (local de trabalho) e ou nos locais de moradia sem muita conexão com as comunidades. As entrevistas aconteceram durante o ano de 2018, com questões feitas em blocos, com temas como o trabalho na zona urbana e na zona rural, o que as impulsionou a estudar no curso, o significado da profissão que escolheram, a noção de ser jovem, o “campo” como lugar de moradia, as perspectivas de futuro.

Na avaliação da equipe, como instrumento didático e hermenêutico, seria fundamental que o documentário fosse um produto capaz de dar concretude às discussões teóricas nos cotidianos dos estudantes, garantindo seu propósito pedagógico.

Os constantes percalços afetando o planejamento inicial da pesquisa em conjunto com o registro fílmico, nos brindou com reflexões sobre o contexto e os rumos do estudo. Frequentemente nos deparávamos com reações surpreendentes ao longo do percurso que deflagraram em resultados inesperados, ao tempo que sinalizadores de outras perspectivas de análise como por exemplo: a inesperada resistência dos estudantes do sexo masculino em fazer parte das entrevistas do vídeo com justificativas como “falta de tempo” e “falta de condições de receber” a equipe em suas comunidades rurais. Assim, o produto da pesquisa inicialmente programado para retratar as condições de vida e moradia nas comunidades rurais de jovens mulheres e homens do ensino médio, foi readequado e reeditado para

registrar os espaços nos quais mulheres de ambas turmas se sentiam confortáveis para falar de si e de suas trajetórias e perspectivas de presente e futuro. Todo este processo oscilante e de readequação do estudo com reavaliação dos instrumentos da pesquisa e dos procedimentos de execução no tempo e no espaço revelaram as idiosincrasias do ato de pesquisar (PEREZ et al, 2001), permitiram e provocaram nosso amadurecimento científico na dinâmica do estudo com financiamento e prazos institucionais.

De frente para as câmaras, a partir da pesquisa

As mulheres participantes do filme, estão na faixa etária entre 18 e 29 anos. Duas delas concluíram o curso durante a realização da pesquisa (turma 1) e seis estavam ainda cursando no último ano do ensino médio subsequente (turma 2). Segundo dados da pesquisa, o desejo de retornar aos estudos se justifica pela insegurança com a trajetória escolar que tiveram no ensino médio de instituições estaduais não tão conceituadas, com a possibilidade de alcançar um bom trabalho ao final do curso técnico e ou com o desejo de seguir um percurso acadêmico no ensino superior.

Myra, como é carinhosamente chamada pelas colegas, nos explica...

Quando eu me formei no EM com 17 anos e eu não busquei aprimorar meus conhecimentos. Aí eu fui logo trabalhar e achei que já estava feita na vida. Daí fui pra um, saí, fui pra outro, pulando de trabalho em trabalho e aí depois deu estalo assim, eu disse: não, eu tenho que investir nos meus estudos e agarrar as oportunidades que estavam aparecendo pra mim. (Jocemyra – entrevista 2018)

Estas jovens entraram na instituição em busca de melhor qualificação profissional e com objetivos claros de incrementar a vida profissional, seja na área da agropecuária, seja nas áreas afins. No decorrer da pesquisa, foi possível verificar que o perfil dos estudantes do curso do ensino médio subsequente no interior da Bahia, segue um padrão de jovem de classe baixa e média baixa, interessado em processos formativos consistentes, capazes de proporcionar um horizonte de futuro diferente da trajetória de suas famílias no campo. A instituição é percebida como um lugar de estudo privilegiado e uma forma certa de dar vazão aos planos de carreira e ambição de “ser alguém na vida”.

O movimento feito pelas jovens entrevistadas no documentário para qualificar-se após a conclusão do ensino médio ilustra o quadro de demandas por essa modalidade de educação profissional no país no ano de 2017. Segundo dados do IBGE, dentre as 56,6

milhões de pessoas aptas^{iv} a frequentarem um curso técnico de nível médio, 3,5% delas frequentavam algum curso técnico de nível médio, ou cerca de 2 milhões de indivíduos. Desse total de matriculados nos cursos técnicos de nível médio, 57,8% eram alunos de cursos técnicos da modalidade subsequente. (IBGE, 2018).

Para Milena, a formação em agropecuária está em consonância com a sua formação familiar de cotidiano no campo. *“É minha família, ela é da zona rural. Eu já tenho uma proximidade com o campo e com os animais, então eu tive oportunidade de vir pra cá e acabei abraçando.”*

O milho mesmo, a gente plantava lá, meu pai plantava aleatório, fazia a cova, jogava o milho e pronto. E agora não, a gente já se preocupa com as ruas, porque dá, pior que dá quando a gente planta sem saber nada, dá. Mas quando a gente planta sabendo, a gente planta e dá muito mais do que a gente prevê. (Milena – entrevista 2018).

Diferente das suas parceiras do vídeo Jordânia, foi a única criada na cidade grande (Salvador) e chegou ao Instituto para estudar “com qualidade”. Seus planos de carreira são claros e ela se expressa com desenvoltura diante da câmara. Ela quer seguir nos estudos de nível superior e encontra nos estudos toda a expectativa para ter uma vida profissional garantida, demonstra interesse na área técnica, no tratamento com os animais e na relação com a pesquisa.

As narrativas das jovens durante as gravações, foram aprofundando os dados das etapas anteriores da pesquisa. Elas anunciavam suas conexões com o trabalho em agropecuária, assim como seus desejos em alcançar uma formação de ensino superior que atendessem aos anseios de melhor qualidade de trabalho e vida. Essa perspectiva de continuidade dos estudos, está relacionada ao processo de formação construída no Instituto Federal, isso decorre pela formação dos professores e a própria estrutura da instituição com laboratórios, bibliotecas e outros espaços de produção conhecimento que as jovens tiveram acesso somente na realização de um curso após o término do Ensino Médio, e que se mostra como um elemento incentivador importante na avaliação estudantil.

A área escolhida além de proporcionar um leque de oportunidades de estudo e trabalho, as incentivam a pensar o trabalho na perspectiva da especialidade no campo/rural. Maria Jucelia, está formada, nos levou até sua casa na zona rural onde divide com sua mãe, de cerca de 54 anos, agricultora familiar, ela fala com entusiasmo sobre a sua formação

profissional e seu potencial de contribuição ao local onde mora, trazendo elementos fundamentais de engajamento com a comunidade local. Maria Jucélia tentou o fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2017, mas não passou, ao tempo da nossa entrevista ela sonhava com a possibilidade de entrar na faculdade para o curso de Agronomia, dando continuidade ao interesse que criou no curso de técnico em agropecuária.

Mas afinal o que é um “técnico em agropecuária?” a equipe indaga às mulheres.

Maria Thereza, acredita que *é aquele profissional que pode ajudar o pequeno agricultor na sua lida com a produção no campo*. Ela reconhece que não tem tanta prática quanto eles, mas detém o conhecimento técnico e segundo ela *“a gente pode auxiliar, até ensinando, porque muitas coisas que a gente aprende aqui, a gente pode auxiliar a eles, como análise do solo, como adubar a terra, quanto tempo vai durar aquela produção, essas coisas...”* (Maria Tereza – entrevista 2018). A jovem Maria Juliete consegue vislumbrar inúmeras possibilidades de atuação na área de formação, como por exemplo, o trabalho com *“suinocultura, caprinocultura, agricultura... envolve bastante áreas dentro da agropecuária”* (entrevista 2018). Ana Kelly *“o técnico faz coisas que o veterinário faz, castração, alimentação...acompanha os animais...essas coisas!”* (Entrevista – 2018).

As mulheres jovens demonstram lidar bem com as demandas da profissão e situam suas atividades dentro do cotidiano da zona rural ao tempo que vislumbram possibilidades de trabalho no futuro. Nas narrativas, fica perceptível o envolvimento com as atividades relacionadas à área da agropecuária, demonstrando conhecimento técnico sobre atuação e a importância desse conhecimento para o processo de produção e o desenvolvimento das atividades práticas, como afirma Milena, *“a formação em agropecuária está em consonância com a formação familiar de cotidiano no campo”* (Entrevista 2018).

A provocação pela definição do que significa o trabalho de um “técnico em agropecuária”, ganha contornos específicos quando se trata de jovens mulheres respondendo sobre uma área que historicamente foi definida como *“característica do sexo masculino”*. Como veremos a seguir...

A formação profissional e as questões de gênero

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2019, apontam para uma estatística crescente da presença feminina nestes espaços formativos profissionalizantes. Segundo a plataforma, alunos com idade até 30 anos representaram 78,4% das matrículas na educação profissional no ano de 2018 com predominância de matrículas de mulheres. Na faixa etária de 20 a 29 anos dos alunos da educação profissional por exemplo, foram 560.002 matrículas, sendo 57% delas do sexo feminino (INEP, 2019).

Ainda assim, a maioria das jovens afirmaram ter dificuldades no exercício das atividades profissionais e percebem a falta da representação feminina nos espaços de atuação do técnico em agropecuária, como afirma Milena neste tópico sobre a profissão escolhida e a questão de gênero:

Muito difícil principalmente nessa área de agropecuária que é uma área mais masculina, muita gente vê como uma área mais masculina e é um desafio, porque é difícil. A gente vai na internet ver algo relacionado, eles jogam muito pro lado masculino. Poucas mulheres assumem o cargo, pouquíssimas! até nas visitas que a gente já foi, a gente não vê mulheres no papel de donas, de empreendedoras, de técnica, a gente não vê! (Milena - entrevista 2018)

Ao longo da pesquisa percebemos como a discussão de gênero transversalizava todo o debate, demonstrando que esse tema necessita ser abordado nos processos formativos dos jovens como forma de superar concepções que negam a igualdade de direitos, em defesa do convívio respeitoso e no combate às formas de dominação, exclusão existentes na sociedade. De acordo com Louro (1997, p.17) é preciso...

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência.

Louro (1997) discute o conceito de gênero relacionando-o com a história do movimento feminista e reflete sobre a construção escolar das diferenças, que ganha corpo na escola ocidental moderna ao institucionalizar práticas e valores reforçadores de desigualdades. Questiona as lógicas patriarcais e sexistas e defende a promoção de uma educação não sexista.

Scott (1995, p. 86), ao problematizar a discussão de gênero como “categoria analítica” define-o em duas proposições conectadas: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma

Trabalho, campo, mulheres e formação: qual projeto de futuro?

forma primária de dar significado às relações de poder”. As relações de gênero se reproduzem na sociedade por meio de instituições e de instrumentos, dentre os quais a família e a escola, determinando os papéis sociais do que seria mais apropriado aos sexos, ao masculino e ao feminino, muitas vezes configurando contextos de opressão e desigualdades.

Esse campo de poder (BOURDIEU, 2003) necessita ser esmiuçado, aprofundado e fortalecido, sobretudo, em tempos que grupos conservadores buscam negar essa discussão com tentativas e até aprovação de projetos de leis que garantam o silenciamento do debate de gênero nas escolas.

o campo do poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos e um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão. [...] A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (“a classe dominante”) investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros. (BOURDIEU, 2003, p. 52)

Para Toledo (2017), a noção de gênero é definida a partir da classe dominante. A sociedade capitalista se sustenta a partir de múltiplos esquemas de opressão, dentre os quais, a opressão da mulher. A submissão do feminino está associada à divisão sexual do trabalho imposta e alimentada pelo capitalismo, que se estrutura na desigualdade. Assim afirma a autora:

A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A existência de setores oprimidos e marginalizados não é fruto do acaso. É o resultado de um sistema que se assenta na desigualdade e na divisão; numa sociedade dividida em classes e num sistema econômico assentado sobre a exploração, a pilhagem e a submissão de milhões e milhões de seres humanos (TOLEDO, 2017, p. 32).

Vê-se, a partir dessa fala da autora – para quem a opressão da mulher é uma questão de classe, não de gênero – que a situação social das mulheres está marcada pela desigualdade de direitos dentro de uma sociedade capitalista estrategicamente articulada e estruturada para tornar permanente essa condição de disparidade em que a mulher,

especialmente a mulher pobre e trabalhadora, é aprisionada numa teia de discriminação e opressão social.

Saffioti (1976) explica as condições de submissão e inferioridade da mulher na sociedade de classes relacionando o patriarcado e o advento do capitalismo:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individuação inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, perifericamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 1976, p. 35).

Assim, pontua que o capitalismo foi determinante nos processos de mudança das condições de vida da mulher, embora tradicionalmente inserida em contextos sociais de submissão ao patriarcado, situação que foi apropriada pelo capitalismo para garantir sua reprodução.

A partir dessa análise, Saffioti (1976) reitera que o modo de produção capitalista que se constituía acentuava as diferenças entre homens e mulheres permitindo a estas liberdade apenas para vender sua força de trabalho. Então conclui que a libertação da mulher nesse contexto de opressão não será possível sob condução do “feminismo pequeno-burguês”, cuja atuação mitigava as tensões entre as classes, favorecendo a reprodução das desigualdades. Para a autora, o feminismo pequeno-burguês assume uma falsa aparência de feminismo, pois "não existe um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe." (1976, p. 132).

Nas abordagens teóricas do desenvolvimento econômico, Sen (2010) situa os movimentos coletivos de mulheres na construção histórica da pauta de luta pelo bem-estar da mulher inicialmente “receptora passiva de auxílios” e que ao evoluir incorporou novos posicionamentos na “condição de agente”, como sujeitos dinâmicos que promovem transformações sociais. O autor cita estudos que apontaram a redução das desigualdades entre homens e mulheres nos países em desenvolvimento quando houve direcionamento de políticas públicas que influenciaram o potencial das mulheres para gerar renda de forma autônoma ou com vínculo empregatício, ou ainda para ter direitos de posse de propriedades, para escolarização e para participar ativamente dos processos decisórios em múltiplos espaços.

Trabalho, campo, mulheres e formação: qual projeto de futuro?

O debate sobre mulheres e gênero no meio rural no Brasil alcançou mais visibilidade a partir da década de 1980, afirmam Cordeiro e Scott (1999). Os autores citam três vertentes que contribuíram para essa área,

a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos/as, populações indígenas, comunidades de coletores/as e pescadores/as, etc. (CORDEIRO; SCOTT, 1999, p. 420).

A organização das mulheres trabalhadoras rurais em ações coletivas foi significativa nesse contexto, encamparam lutas pela reforma agrária e acesso à terra, reconhecimento do trabalho na agricultura ou extrativismo, participação sindical e acesso à previdência social, junto aos movimentos de agricultores. Entretanto, embora os percursos percorridos pelos povos camponeses nas lutas que os constituíram sujeitos políticos possam ser considerados progressistas, o campo não está isento de problemas relacionados a gênero, como violências diversas e submissão das mulheres ao patriarcado.

Campo, rural e cidade – percepção de territórios espaciais

No que concerne o debate territorial, a percepção de “campo/rural” presente nas mensagens das jovens, é transmitida com uma perspectiva romantizada e distanciada, dissociada das tensões da discussão da relação educação e movimentos sociais e adequada ao discurso da produção e empreendedorismo dos cursos técnicos de reconhecimento institucional. Na pesquisa empírica a terminologia mais comumente adotada nas narrativas das estudantes foi “rural”, ainda que por vezes, o termo “campo” ressurgisse aqui e ali. Esta alternância da linguagem demonstrou uma suposta “equivalência” de sinônimo que não corresponde aos debates da educação do campo. (BRASIL, 2002).

O termo rural mostrou-se como um universo conceitual ambíguo, deslocado e desafiador para a proposta de compreensão do projeto da educação do campo e sua disputa contra hegemônica. Para Souza (2012, p.8):

As experiências e lutas da educação do campo colocam em evidência a histórica desigualdade educacional da sociedade brasileira, em que os trabalhadores são os que possuem menor escolaridade. Também, dão ênfase aos diversos problemas estruturais e conjunturais, tais como concentração da terra e dificuldades materiais para a efetivação da produção agrícola e geração de empregos nas pequenas propriedades e nos assentamentos de reforma agrária, entre tantas outras.

Para a equipe foi importante compreender desde o início que a terminologia “campo” como pensada e construída na dinâmica dos movimentos sociais e legislação educacional atual (BRASIL, 2002), não fazia parte das narrativas das estudantes e não tinha o mesmo sentido político pedagógico atribuído aos sujeitos do campo, como previsto em Arroyo (2004), “campo é o rural em movimento”. Nesta experiência de pesquisa junto às jovens, os termos “rural” e “campo”, são utilizados sem diferenciação, sem conflitos semânticos ou de natureza política. Como a pesquisa visava apreender a percepção dos jovens, observamos que o termo “rural” situava os sujeitos na dinâmica que movimentava suas compreensões do lugar, seja como lugar de origem, seja como lugar de aconchego, seja como lugar de trabalho e referência em alguma circunstância de suas vidas e desta forma, “campo” e “rural” eram expressões usadas para se referirem aos territórios de mesmo significado na linguagem das estudantes entrevistadas. Portanto, de posse da organização semântica no trabalho com a pesquisa, a palavra “campo” tornou-se muitas vezes “zona rural” esta que, no contexto dos coletivos estudantis e profissionais da instituição, transitava com naturalidade nas conversas entre os pares no percurso da pesquisa e que parecia traduzir a compreensão do espaço social daquelas pessoas.

Quando confrontadas na visão da relação campo/cidade, os discursos pareciam apontar para uma perspectiva dicotômica e diferenciada. Cidade é o lugar “do movimento”, das oportunidades de trabalho e estudo, o campo é o lugar “do sossego”, da estagnação, onde “nada” acontece, não há opções de lazer, nem de desenvolvimento profissional ou de perspectivas de mudança de vida.

Há uma relação de afinidade com o campo, este lugar de envolvimento com família e trajetória sociocultural de suas vidas. Essa implicação com as atividades relacionadas ao campo foi observada, também, nas falas das jovens que construíram suas histórias de vida na cidade, sempre observando como a formação profissional tem o campo como um lugar de conexão e vida.

As falas, no entanto, quando se reportam às cidades onde moram, trazem a perspectiva instigante de como compreendem o tema a partir das dimensões de cidade, a (grande) a cidade “do outro”, ou pequena, a “minha cidade” que, mesmo sendo no espaço urbano, pouco tem a oferecer...

Trabalho, campo, mulheres e formação: qual projeto de futuro?

Minha cidade onde eu moro não tem muitas oportunidade pros jovens porque é uma cidade pequena, a cidade não tem muito local de lazer, a cidade tem um rio mas é poluído, a cidade tem uma praça só que essa praça não é mais usada como lazer[...]E minha cidade não tem muita coisa não. Só tem mais bares, restaurantes... é uma cidade pequena. (Ana Kely - entrevista 2018).

Quando eu entrei lá (na instituição de ensino profissionalizante) muitos me falaram assim: você não vai conseguir nada porque aqui na cidade não tem oportunidades, você vai ter que sair pra fora do estado. [...], mas quando eu entrei lá que eu vi como é ampla essa área eu percebi que não preciso sair daqui pra mostrar o que eu aprendi e buscar melhores condições pra poder atuar na área que eu escolhi (Myra – entrevista 2018).

Os jovens estão precisando de mais oportunidades. E a minha cidade [referindo-se a cidade onde mora] necessita de oportunidades para os jovens porque aqui a gente tem uma população de jovens muito grande eu acho que a implementação de mais universidades aqui seria uma boa. E aumentar a grade curricular daqui, do ensino superior também seria ótimo. (Jordane – Entrevista 2018).

Não tem muita oportunidade porque lá é uma cidade pequena assim. É um lugar que não tem muita opção de empregos e de estudo também. (Michele – Entrevista 2018).

Segundo Milton Santos (2012, p.34):

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais.

Na narrativa das jovens, cidade e o campo são espaços de diferentes sentidos e significados e elas transitam entre eles expressando contradições, desejos, memórias, planos e incertezas de futuro atreladas ao espaço que vivem.

Sobre o trabalho, o campo/rural e a cidade

No desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme salienta Saviani (2016, p.60), “o campo é subordinado à cidade e a agricultura à indústria, que realiza a conversão da ciência, potência espiritual, em potência material”. Desse modo, o predomínio da cidade e da indústria tende a se generalizar com apoio de políticas públicas, em detrimento do campo e da atividade da agricultura.

As dificuldades com a fonte de emprego e renda colocam algumas jovens na mira de uma vida profissional “bem-sucedida”, não há necessariamente um olhar aguçado e diferenciado entre a agricultura familiar e o agronegócio, o campo ou a cidade, ambos espaços e setores podem ser espaços de trabalho quando se trata de exercitar a profissão.

Na minha cidade tem um pouco de dificuldade por ser pequena, aí geralmente você tem que sair pra fora, pra Salvador, pra Feira, mas eu vejo como uma oportunidade também porque a nossa área tem ligação com a zona urbana. A gente estuda topografia, que a gente pode trabalhar [...] posso trabalhar em empresas de agronegócios. (Ana Kelly – Entrevista 2018).

Se ele for trabalhar em alguma fazenda, ou prestar serviço para alguma empresa O técnico ele visa melhorar o fator econômico daquela empresa! Buscas técnicas, buscar mais conhecimento, buscar melhoramentos para que venha dar mais lucro para aquela empresa! (Myra – Entrevista 2018).

As falas apontam para uma formação de competência técnica, autoestima das jovens no que concerne a competência formativa, entusiasmo para o exercício da profissão, mas revelaram-se distanciadas da concepção política da Educação do Campo, não demonstram uma maturidade dos debates de acesso às políticas públicas e das contradições do mercado de trabalho com a agricultura familiar da qual fazem parte. As consequências diante desse modelo distanciado da formação para a organização social no campo, são a falta de políticas públicas para os sujeitos do campo e a fatídica percepção de que a saída seria a única solução para o trabalho exitoso.

O cenário familiar de Maria Jucélia indica os desafios para a permanência no campo. Ela tem dois irmãos mais velhos que foram morar em São Paulo, em busca de melhores condições de trabalho e vida. Para Maria Jucélia, a conclusão do curso proporciona um bom investimento para a propriedade da família e ela busca contribuir com a mãe no plantio de cítricos e bananas, além de estar atenta ao contexto de organização social presente na comunidade em que vive. Apesar de todos os esforços dela e sua mãe com a plantação das laranjas, bananas e cítricos, elas nos contam, sentadas na varanda da propriedade familiar, que com a seca e a falta de assistência técnica e financeira não houve produção suficiente e mais uma vez o trabalho na propriedade familiar significou mais labuta que recompensa financeira.

Trabalho, campo, mulheres e formação: qual projeto de futuro?

Maria explica o que avalia ser as razões para tudo isto: *“A falta de oportunidades que o governo não proporciona para gente. Aqui mesmo não temos cooperativa. Aqui tudo é mais difícil”*. Não por acaso, esse contexto de descaso corrobora com o processo de migração dos jovens para a cidade *“Muitos migram da roça para cidade atrás de uma oportunidade”* (Maria Jucélia – entrevista 2018). Ao que Maria Tereza em sua entrevista, complementa *“O que eu acho que o trabalho na zona rural é muito importante e necessário para todos, porém é pouco valorizado”* (Maria Tereza – entrevista 2018)

Ainda assim, sobre sair do campo/rural para trabalhar na cidade, Maria Jucélia insiste: *“Hoje mesmo na cidade, o que proporciona para os jovens? Trabalhar de segunda a domingo no supermercado? Você não tem férias! Você não tem aquele dizer: ah, hoje eu vou descansar. Então é muito cansativo. E é escravo, pode se dizer também.”* (Entrevista – 2018).

Myra formada há um ano, abriu a sua agenda para entrevistas no seu local de trabalho em uma feira livre local numa manhã de sábado. Ao avaliar o seu percurso formativo, demonstrou orgulho com a sua trajetória profissional e esperança com o horizonte de trabalho que poderá alcançar. Quando questionada sobre trabalhar em zona urbana ou rural, ela, moradora da cidade de 54.424 habitantes (IBGE, 2018), afirma que trabalhar na zona rural *é menos estressante e que parece mais saudável*. Desde que concluiu seus estudos no curso técnico profissional, no entanto, apesar de animada ao sair do curso achando *“que já tava feita na vida”*. Myra resolveu estudar outro curso, enquanto semanalmente acorda às 4 horas da manhã para trabalhar na barraca da feira local da cidade vendendo roupas industrializadas para outra pessoa.

Maria Jucelia problematiza:

A gente enfrenta várias dificuldades, como qualquer outro tipo de trabalho, desafios. No início, minha mãe produz mais, que trabalha mais na roça, mas em si, a gente vem enfrentando mais dificuldades ainda por causa da seca. Então isso já é um problema, né, pra esse trabalho aqui. E também a falta de oportunidades que o governo não proporciona pra gente, pros pequenos produtores. [...] Trator a gente tem que pagar, sementes não é fornecido. Então a gente tem todas essas dificuldades, a água, irrigação, projetos, a gente não tem. E tudo isso dificulta a produção, diminui. A gente poderia estar vendendo, comercializando na feira e a gente não pode por causa dessas dificuldades. (Maria Jucélia – entrevista 2018)

As contradições nas quais se encontram a juventude rural, de um lado pelo modo de produção econômica e suas consequências para a própria continuidade da vida nesse

espaço e, de outro lado, a necessidade de continuar o processo formativo com a esperança de mudar sua realidade pessoal e coletiva, desenham um instigante projeto de vida adulta que desde cedo acompanham esses jovens em suas avaliações e projeções de futuro, entre a esperança e as frustrações.

Sobre juventude rural/do campo

O debate sobre a categoria “juventude” tornou-se central no estudo, uma vez que, os estudantes que frequentam o Curso estão na faixa etária dos 15-29 anos. Cientes das limitações ao conceito de juventude a partir de uma demarcação cronológica, a pesquisa centrou esforços em assegurar um olhar sobre a perspectiva de juventude rural e, desse modo, foi utilizado o debate de Castro (2009, p.182) para definir que juventude é, “além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social.” Nessa perspectiva, essa definição desconstrói a concepção que trata juventude como categoria “auto-evidente ou auto explicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas” (p.184)

Buscando superar de um lado a naturalização e homogeneização, ao se compreender os jovens somente a partir do recorte etário/geracional, e de outro a sua diluição em uma diversidade que os tornam invisíveis socialmente, Leão e Antunes-Rocha (2015) apoiados nos conceitos de Abramo (2005) e Dayrell (2007), propõem compreender os jovens a partir da ideia de “Condição Juvenil”.

Esse termo reconhece que toda sociedade constrói representações sociais e atribui determinados valores à juventude a partir de um recorte geracional. Ao mesmo tempo, não desvincula isso das especificidades de cada situação social vivida a partir dos condicionantes de classe, gênero, pertencimento étnico-racial, etc. (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015, p. 19)

Assim, estudar os jovens é investigar as relações sociais em que eles estão inseridos, buscando compreender as dimensões simbólicas e culturais. Daí que, o debate sobre juventude rural é específico, no sentido de compreender como essas pessoas vivem a experiência do meio rural como jovens.

Para Castro (2009, p. 189), ser jovem rural “carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar”. É neste contexto que o jovem rural está inserido, um tempo histórico no qual as mazelas da sociedade capitalista se intensificaram no campo brasileiro.

Trabalho, campo, mulheres e formação: qual projeto de futuro?

Buscando compreender o que pensam sobre ser jovem, como aproveitam seu tempo livre em seus locais de moradia e a relação que estabelecem com o lugar em que vivem...as mulheres apresentam poucas perspectivas de diversão e entretenimento em coletivos ou agenda de lazer. Questionadas sobre o que fazem em seu tempo livre, a grande maioria não conseguiu ir muito além do “estudar”.

Sobre o “futuro”

Antes mesmo de discutir o “desejo” ou a falta deste, da juventude do meio rural para permanecer no campo, é necessário realizar uma análise crítica sobre as condições reais e efetivas que estão dadas aos jovens que vivem nesse contexto, pois existe um certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens seja na simbologia do significado de viver no campo, seja na (falta) perspectiva de condições de vida nestes espaços, territórios e lugares. (SANTOS, 2012).

Quanto ao “futuro”, Jordane revela suas expectativas com o processo formativo escolar a partir do qual segundo ela, será possível alcançar um horizonte profissional diferenciado e um futuro promissor: “...entrar na faculdade, me graduar, me especializar naquilo que eu quero, naquilo que eu amo. [...] eu conseguir a minha estabilidade financeira, dar uma vida melhor aos meus pais, eu conseguir realizar os meus sonhos... isso pra mim seria um bom futuro.” (Jordane - entrevista, 2018).

Segundo Maria Tereza, “Meu futuro eu quero realizar os meus planos, os meus sonhos, os meus desejos. Eu quero chegar a alcançar o que eu anseio agora, tentar ter uma vida estruturada.” (Entrevista – 2018).

Para Michele... “Meu futuro eu gostaria que fosse eu formada em medicina veterinária com minha propriedade, cuidando dos meus bichos.” (Entrevista -2018).

Myra mostra-se otimista com sua vida, fala da família com entusiasmo ao fechar sua entrevista falando do futuro, com voz assertiva e olho no olho afirma que vai trabalhar e ganhar bem para “sustentar e cuidar da sua irmã mais velha com deficiência auditiva” que, segundo ela, “lavava roupas em casa para ajudar nas despesas da família e proporcionar o meu estudo”. (Myra – Entrevista 2018).

Já Maria Jucélia respondeu com olho brilhando... “O futuro é uma caixinha de sonhos. A gente imagina, a gente quer algo melhor pra nossa vida, a gente nasce num lugar

onde a gente se identifica mas que a gente quer cada vez mais melhorar. Então a gente vai em busca daquilo que a gente quer.” (Entrevista -2018).

Dados da pesquisa revelaram um coletivo de estudantes sem envolvimento com movimentos sociais e organizações comunitárias, com perfis voltados para a formação profissional e com foco no potencial de trabalho e estudo para melhoria das condições de vida, além da expectativa de devolutiva aos contextos familiares, de uma bem sucedida trajetória escolar. Na percepção delas, a trajetória individual e pautada no esforço e mérito de cada uma, é a porta para o futuro.

Conclusão

As falas das participantes do documentário sugerem que essas jovens veem nos estudos o caminho para uma vida melhor no futuro, em que possam ter condições dignas de acesso a bens e serviços básicos. Além disso, orgulham-se da formação em agropecuária cursada em uma instituição de ensino que consideram qualificada, demonstram domínio sobre as práticas e conteúdos específicos da técnica, gostam da área por terem referências familiares que possuem ou trabalham na produção rural e afirmam que é uma área em que oportunidades de trabalho existem, mesmo para mulheres.

Dentre as jovens pesquisadas, poucas parecem estar atentas às questões de gênero, a maioria relatou não perceber desigualdades nos papéis de gênero desempenhados pelos jovens homens e mulheres. Há preocupações mais urgentes na percepção das jovens, a exemplo do medo da criminalidade e da falta de oportunidades para trabalho ou continuidade dos estudos nas cidades de pequeno porte onde residem, por isto, algumas pretendem buscar ocupação em municípios maiores. Embora se percebam livres, parecem aprisionadas na realidade concreta de jovens brasileiras com múltiplas dificuldades socioeconômicas que precisam empregar esforços pessoais imensos para uma vida com dignidade.

Para Sen (2010), os processos de expansão das liberdades envolvem iniciativas que disponibilizem às pessoas acesso a serviços de educação e saúde, pleno gozo dos direitos civis, acesso a saneamento básico, alimentação, participação política, dentre outras. Na visão do economista, essas liberdades são determinantes para o progresso econômico eficaz. Defende que os enfoques acerca do desenvolvimento vinculados a análises de

fatores econômicos, como os índices de rendas, de industrialização e modernização tecnológica são restritos e acredita que o desenvolvimento pode promover liberdades para que as pessoas desfrutem. Entretanto, a realidade mundial apresenta sérios problemas sociais e estratos populacionais sofrem privações em diferentes contextos, quer seja em países ricos ou pobres. As liberdades das pessoas são elementos que constituem o desenvolvimento, por isto a “condição de agente” do indivíduo é um dos elementos centrais da análise de Sen (2010).

Nesse sentido, atividades educativas que possibilitem aos sujeitos em formação discutirem as contradições inerentes à realidade em que vivem podem fomentar reflexões e posicionamentos políticos relevantes para questionar estruturas econômicas e culturais opressoras. O documentário apresentado nesse texto é um instrumento que pode ser utilizado em atividades dessa natureza abrangendo categorias de discussão sobre juventudes, gênero, trabalho e campo.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas – sobre a teoria da ação**, Campinas, SP, Papirus editora, 4a. edição, 2003
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB Nº 36/2001. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**, 2002. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica / Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 2012, Seção 1, p.22. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 ago. 2019
- “CAMINHOS DO TRABALHO”**. Direção: CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda; ABREU; Luciane Ferreira; SILVA, Fábio Dantas Silva. Financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Apoio Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Instituto Federal Baiano (IF Baiano) Campus Catu. Produção: Volney

Meneses. Feira de Santana. Bahia. Dezembro de 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t8ulgTBUmJg&feature=youtu.be>

CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud. Vol. 7, Nº 1, Enero –Junio 2009, Colômbia, 2009. Disponível em <http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/issue/view/10>. Acesso em: 12 jul. 2018

CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Parry Russel. **Mulheres em áreas rurais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v. 7, n. 1-2, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/So104-026X2007000200008>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 37, nº. 135, abr.-jun., 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00407.pdf>.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; **A escola faz juventudes?: reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p.1105-1128, out. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília. 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf. Acesso em: 05 abr. 2019

CONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, 2003, 12(24), 149-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf> . Acesso em: 03 out. 2018

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 10 de julho de 2018**. 2018a. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/xxxx/panorama>. Acesso em: 06 abr. 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação 2017**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2018b. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 06 dez. 2019

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em [file:///C:/Users/usuario/Downloads/Resumo%20T%C3%A9cnico%20-%20Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%202018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Resumo%20T%C3%A9cnico%20-%20Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%202018%20(1).pdf). Acesso em: 02 abr. 2019.

Trabalho, campo, mulheres e formação: qual projeto de futuro?

LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. (Org.). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Vozes, 32 ed., 2012

PEREZ, Daniel Gil et al. **Para uma imagem não deformada do trabalho científico**. *Ciência & Educação*, v.7, n.2, p.125-153, 2001. Disponível em <file:///C:/Users/usuario/Downloads/PARA%20UMA%20IMAGEM%20NAO%20DEFORMADA%20DO%20TRABALHO%20CIENTIFICO.pdf>. Acesso em: jan. de 2020.

ROSSO, Sadi Dal. **O Ardil da Flexibilidade – os trabalhadores e a teoria do valor**. Boitempo, 2017

SAFFIOTI, Helleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento Revista de Educação**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, 2016. Disponível em <file:///C:/Users/usuario/Downloads/32575-109523-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20. n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, vol.33, Nº 120 Campinas Jul/Set. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300006. Acesso em 30. Nov 2019

TOLEDO, Cecília. **Gênero e Classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010

Notas

ⁱ Disponível em <https://youtu.be/t8ul9TBUmJg>

ⁱⁱ Pesquisa com financiamento do Cnpq entre 2016-2018.

ⁱⁱⁱ A proposta do ensino médio subsequente é uma modalidade dentro da educação profissional que possibilita ao jovem concluinte do ensino médio, retornar aos estudos com a perspectiva de profissionalizar-se por mais dois anos (BRASIL, 2012).

^{iv} Pessoas aptas, nesse contexto, refere-se ao conjunto de estudantes do ensino médio regular ou Educação de Jovens e Adultos ou aqueles que concluíram essa etapa da formação sem ter alcançado o ensino superior completo. (IBGE, 2018)

^v Embora nossa categoria analítica seja a opção pelos termos educação do campo e campo, na pesquisa, utilizamos “rural” cientes da nomenclatura adotada pelos estudantes. A perspectiva “campo” compreendida nos estudos da educação do campo (FERNANDES, 2005, ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004) não encontrava ressonância nos discursos dos jovens desde os questionários e encontros do grupo focal, sendo assim não foi adotada nas terminologias das entrevistas.

Sobre os autores

Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia; Professora Titular do Departamento de Educação e professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA). Membro do grupo de Pesquisa Educação do Campo/UEFS.

E-mail: ludmilaholanda@yahoo.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0802-9188>

Fabio Dantas de Souza Silva

Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia; Professor Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA). Membro do grupo de Pesquisa Educação do Campo/UEFS.

E-mail: fabdant@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3227-2388>

Luciane Ferreira de Abreu

Mestre em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana (BA); Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – campus Alagoinhas (BA). Membro do grupo de Pesquisa Educação do Campo/UEFS.

E-mail: luciane.abreu@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9567-6307>

Recebido em: 13/07/2020

Aceito para publicação em: 19/07/2020